



NÔ PINTCHA

ORGÃO DO MINISTÉRIO DE INFORMAÇÃO E CULTURA

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA

TELEFONES: 3713/3726/3728

BISSAU

COMEMORAÇÕES DA INDEPENDÊNCIA

Uma recepção oferecida pelo camarada João Bernardo Vieira, Presidente do Conselho da Revolução, na tarde de quinta-feira, no Palácio da República, encerrou em Bissau as comemorações do oitavo aniversário da proclamação do Estado da Guiné-Bissau. Compareceram ao acto membros do Partido e do Governo, representantes do corpo diplomático acreditados no país e dos comités de base e locais de trabalho.

Durante o acto registaram-se as actuações da «ballet» nacional «Esta é a nossa Pátria Amada» e da artista Fatú Kanuté, que brindou os presentes com alguns números do seu repertório. Enquanto isso, o conjunto musical «Nô Pintcha» actuou para o público da varanda do Palácio.

VICTOR SAÚDE MARIA REGRESSOU



O camarada Victor Saúde Maria, Vice-Presidente do Conselho da Revolução e ministro dos Negócios Estrangeiros regressou ontem a Bissau após uma viagem que o levou sucessivamente à Argélia, Líbia, Angola, Congo, França e a sede da CEE, em Bruxelas.

Saúde Maria classificou a sua visita de «muito positiva» e anunciou que em Outubro próximo se deslocarão a Bissau uma delegação argelina e outra líbia para discutirem as áreas de cooperação bilateral. A Líbia, por sua vez, concedeu ao nosso país 3 milhões e 800 mil dólares para compra de arroz. — (ver pág. 8)

NINO VIEIRA SOBRE O ANIVERSÁRIO DA INDEPENDÊNCIA

O PASSADO É UMA LIÇÃO

«Nesta ocasião em que vivemos novos momentos após o 14 de Novembro, queremos afirmar que consideramos esta nossa data nacional como uma data de todo o nosso povo, onde quer que esteja, e que a sinta como o dia da sua Independência dia em que conseguiu libertar-se totalmente» afirmou o camarada João Bernardo Vieira, Presidente do C.N.G. e do Conselho da Revolução numa declaração à RDN, alusiva à passagem do 8.º aniversário da proclamação da República da Guiné-Bissau.

A guisa de balanço, o camarada Nino Vieira frisaria: «Os sete anos de trabalho não foram assim tão positivos. Existem algumas coisas que realmente se fizeram de bem, mas temos algumas que não correram bem, não foram feitas daquela forma que achamos ser a melhor para o avanço do trabalho».

O Presidente do Conselho da Revolução recordou os momentos mais altos da vida do nosso povo, quando na manhã do dia 24 de Setembro de 1973, a Guiné-Bissau proclamava para o mundo a existência de uma nação forjada na dura Luta de Libertação Nacional. Enquanto nas belas colinas do Boé o camarada João Bernardo Vieira, na qualidade de Presidente da Assembleia Nacional Popular formalizava a inegável realidade, o governo colonial português tentava fazer pressão e ameaças através da sua aviação para desacreditar a opinião internacional.

«Queremos que o nosso povo se sinta senhor do seu destino e que haja unidade nacional na base de harmonia, de respeito e igualdade», salientou Nino, prosseguindo: «Algumas pessoas procuram confundir as razões do 14 de Novembro, deturpam o objectivo conotando-o com problemas raciais e pessoais. O espírito do 14 de Novembro é promover a Concórdia Nacional (...). Para que todo o povo desta terra se sinta livre e soberano, e expresse em cada momento coisas positivas que contribuam para o progresso contínuo desta terra».

«É neste aspecto que achamos que estes anos que se passaram foram uma lição para nós, para no futuro, nos anos que se seguem, tirarmos lições de todas as coisas positivas e de coisas novas (...) para fazermos da Guiné-Bissau uma terra de paz, progresso e felicidade, onde todos possam sentir realmente que tudo o que produziram foi para o proveito próprio e não para o proveito de outros».

«Muita gente pensa que todas as coisas podem ser feitas de um momento para o outro. Não é possível. É preciso lembrar que temos um governo provisório recente que precisa de organizar. Não podemos fazer as coisas de um dia para o outro, para evitar que as coisas retrocedam».

O camarada Nino Vieira, falando das eleições que se realizarão dentro dos próximos tempos sublinhou: «Pensamos que com a boa organização e se tudo correr bem, esperamos que dentro de pouco tempo, depende do tempo que viermos a determinar depois, pode-se pensar de novo nas eleições para os Conselhos Regionais que escolherão os seus deputados que depois de apresentarem-se na Assembleia, elegerão o Presidente que, por sua vez nomeará o Primeiro-Ministro para formar o Governo». O camarada Presidente do Conselho da Revolução afirmaria ainda que a questão das eleições será decidida após a realização do Congresso que irá «pôr o Partido de pé».

MORREU SAIFOULAYE DIALLO

Um luto nacional de três dias foi decretado ontem em todo o território da República Popular e Revolucionária da Guiné, devido à morte de Saifoulaye Diallo, alto dirigente guineense, que desempenhava actualmente as funções de ministro do Estado da Presidência, encarregado da Assembleia Nacional.

Membro do Bureau Político do PDG, Saifoulaye Diallo foi uma das grandes figuras da luta anticolonial da Guiné-Conakry, tendo sido determinante a sua pessoa no apoio que o presidente Sekou Touré recebeu entre os fulas do país vizinho.

Saifoulaye Diallo foi também titular da pasta dos Negócios Estrangeiros e dos Assuntos Sociais antes da reforma governamental no quadro da «ofensiva diplomática» que se seguiu ao 11.º congresso do PDG.

O falecido dirigente sofria de uma grave doença, sendo muito rara a sua aparição pública nos últimos anos.

DESPORTO

BENFICA VAI CONSTRUIR PAVILHÃO DESPORTIVO

(pág-6)

PEREGRINOS VÃO A MECA

O Presidente do Conselho da Revolução João B. Vieira recebeu anteontem de manhã, em audiência que teve lugar na Sede do Partido, em Bissau, os 150 peregrinos que seguem hoje para Meca. Na cerimónia usaram da palavra a lém do Presidente do CR, dois representantes dos peregrinos e o camarada Lamine Haidara, dos Negócios Estrangeiros. (Pág. 8)



Uma sugestão sobre o "defeso"

Mais uma vez utilizo, como é hábito, a coluna «Dos Leitores» para abordar uma questão que merece uma especial atenção por parte dos dirigentes desportivos (da Secretaria de Estado da Juventude e da Federação Nacional de Futebol).

Trata-se do campeonato de defeso que se tem vindo a centralizar-se nos bairros de Bissau, concretamente no de Bandim-2, Reno-Gambafada, Bairro de Ajuda e Pefini.

Não há dúvida de que esta modalidade tem vindo a evoluir gradualmente depois do seu início, e é claro que de lá saíram alguns jogadores que actualmente participam no Nacional.

Esta evolução pode-se verificar em vários aspectos. Primeiro disciplina e depois apoio da Secretaria de Estado da Juventude. Mas, sem dúvida, há dificuldades, nomeadamente a falta de árbitros federados que podem logicamente superar várias confusões (erro técnico) que por vezes cria um clima de vingança.

Pretendo dar uma sugestão a Secretaria de Estado da Juventude: acho que devia participar no próximo ano, neste campeonato de defeso, todos os bairros a nível da Região de Bissau (Biombo, Prábis e Safim) e competir em pé de igualdade e amigavelmente. Só assim é que poderemos dar uma centralização ao nosso defeso, e não pensar somente no Nacional.

Creio que tudo isso será possível, já que a atenção do público, de uma maneira gradual, inclina-se para o defeso nos bairros. É preciso criar um clima de desportivismo, quer dizer para que todos saibam perder e ganhar. Só assim é que poderemos seleccionar os bons jogadores, na medida em que para ser um bom desportista deve-se ter disciplina dentro do rectângulo do jogo. Assim é que poderíamos «tirar» os bons jogadores para o Nacional onde iriam ser preparados convenientemente para que sejam o nosso futuro futebolístico.

Bem, mudando de assunto, pergunto: Será que já pensaram no número de jovens que estão por aí a enferrujar o seu futebol? Porque é que eles não têm possibilidade de participar neste campeonato? Será que não têm hipóteses de conseguir um lugar no Nacional?

É necessário pensarmos um pouco para melhor podermos puxar esta gente para o defeso nos bairros, já que não existe um campeonato regional.

Mas é claro, estas provas, para além de serem um meio para os jovens recuperarem ou subirem a sua forma, contribuirão como um incentivo para a melhor prática do desporto.

Ao terminar faço um apelo ao SEJD e FNF para verem este caso, que de uma maneira ou outra contribuirá para o desenvolvimento do nosso desporto que ainda é muito verde.

NELO BÁ

Pedidos de correspondência

Paulo Caetano, jovem guineense, deseja estudar por correspondência em qualquer centro de formação profissional de electricidade montador que tenham livros, ou textos traduzidos em português, de vários países, nomeadamente Brasil, Portugal, Estados Unidos da América, França, URSS, Holanda e RDA.

Responder para a Cooperativa de Construções Unidade e Progresso (CUP), Caixa Postal-100 - Bissau - República da Guiné-Bissau.

Cabral Domingos Daniel da Silva, jovem angolano de 20 anos de idade, trabalhador e estudante na Escola do III Nível N'Gola M'Bandy, na sétima classe, deseja corresponder com jovens guineenses.

Deseja-se troca de postais, fotografias, revistas, selos etc.

O endereço é: Caixa Postal número 83 - Luanda - República Popular de Angola

Entrega de donativo da RDA para Educação e Telecomunicações

Numa breve cerimónia realizada anteontem de manhã na Embaixada da RDA, em Bissau, procedeu-se à entrega ao nosso Governo, de um donativo de Comité de Solidariedade da República Democrática Alemã, para os Ministérios da Educação, e Transportes, Turismo e Telecomunicações.

O donativo é compo-

to de 27 caixas de material didáctico que se encontram no porto de Bissau, cinco sacos de ferramentas com materiais técnicos diversos, duas máquinas de furar eléctricas, cinco telefones, e um examinador para lâmpadas.

Estiveram presentes no acto, além do embaixador da RDA no nosso país, o Secretário de Es-

tado dos Transportes e Telecomunicações Mussá Djassi, a directora geral do Ensino, Dulce Borges, e Carlos Dias, director-geral do departamento de Material e Património do Ministério da Educação.

Na sua intervenção o diplomata alemão reafirmou os laços de amizade e solidariedade que nos unem desde a nossa

luta armada de libertação nacional e que se têm reforçado em tempo de paz.

Por sua vez, o camarada Mussá Djassi precisou que este gesto mostra que o povo alemão está preocupado com as nossas dificuldades e acompanha de perto o nosso processo de reconstrução nacional.

Bolama: Sistema de distribuição

Um novo sistema de distribuição de géneros foi discutido pela Assembleia de Delegados reunida recentemente em Bolama, soube o «Nô Pintcha» nesta cidade. O novo critério visa facilitar a venda de géneros de primeira necessidade e evitar aglomerações às portas dos estabelecimentos encarregados pela sua distribuição.

Segundo o camarada Idrissa Sow, presidente do Sector de Bolama, a distribuição será feita por bairros ou secções, devendo as autoridades basearem-se nos dados do último recenseamento para a distribuição racional dos produtos de forma a beneficiar toda a população. Os organismos competentes são informados da quantidade de produtos recebidos e, em colaboração com os encarregados dos armazéns,

procedem à sua distribuição por cada bairro ou secção, cuja população é previamente avisada do dia e horário de venda.

Na opinião do camarada Orlando Nhaga, presidente do Partido e Estado da Região, o sistema — que o camarada Idrissa Sow considera ter resultado em Bafatá — permitirá não só facilitar o trabalho dos comerciantes, como também evitar perda de tempo à população, com prejuízos assinaláveis na campanha agrícola em curso.

Por outro lado, uma nova tabela de preços foi aplicada na venda do pescado, que passa a ser 30 pesos para peixe de primeira e 20 para o de segunda. A medida, segundo as autoridades locais, impunha-se, pois

só Bolama continuou a praticar os preços da antiga tabela. O facto tem reflexos na quantidade de pescado capturado e na resistência dos pescadores em utilizar as balanças para venda dos produtos.

ASSALTO A SOCOMIN

Um assalto aos armazéns da Socomin em Bolama rendeu ao autor seis sacos de 100 quilos de arroz. De acordo com informações do encarregado, que deu logo conhecimento às autoridades policiais, presume-se tratar-se de alguém conhecido do local, a julgar pelo processo utilizado para o arrombamento do cadeado para poder ter acesso ao estabelecimento. A polícia prossegue as averiguações para detectar o assaltante.

Balança de pagamentos

Uma delegação de altos funcionários do Banco de Portugal concluiu esta semana uma missão de três meses, cujo objectivo foi de auxiliar o Banco Nacional da Guiné-Bissau na montagem de um novo sistema contabilístico que permitisse ao BNG elaborar a Balança de Pagamentos do país.

Os dois economistas do Banco de Portugal, Francisco Mendes e José Matos declararam, de regresso a Lisboa, que o trabalho foi realizado na íntegra, devido a boa colaboração que tiveram, não só por parte do BNG, como também dos Ministérios das Finanças e da Coordenação Económica e Plano.

No mesmo quadro de trabalhos, conseguiram realizar também uma estimativa do Balanço de Pagamentos para os anos anteriores de 1979 e 80.

Responde o povo

Como vê 8 anos de independência?

A República da Guiné-Bissau foi proclamada há precisamente oito anos. O que foi feito durante este tempo. O que foi feito no domínio da agricultura que é o principal factor do nosso desenvolvimento? O que foi feito a nível do reforço e coesão do nosso Partido — O PAIGC?

Depois do Movimento Reajustador do 14 de Novembro novas perspectivas se abrem para o nosso país e para o povo. Vejamos o que nos dizem os nossos entrevistados ao fazerem o balanço de oito anos de independência.

SÓ AGORA SOMOS LIVRES DE FACTO

Laura Tavares, 26 anos, empregada comercial — «Eu digo com toda a sinceridade que só agora somos livres de facto. Durante estes oito anos que se passaram tínhamos a independência só de nome, porque um país, um povo nunca é livre quando há exploração, opressão, repressão

e outras formas de exploração. Livrámo-nos sim dos colonialistas portugueses, mas continuávamos a ser dominados pelos nossos próprios irmãos. Depois do Movimento Reajustador do 14 de Novembro, isso sim, tomamos a nossa independência e tenho a certeza que a partir de agora o Conselho da Revo-

lução de mãos dadas com o povo vai construir uma terra de felicidade, paz e bem-estar para todos.»

TEMOS AINDA MUITO PARA FAZER

José Almeida Sousa, 19 anos, estudante do Liceu de Bissau — «Se olharmos para trás, vemos que nada foi feito para o engrandecimento desta terra mártir. Os colonialistas durante cinco séculos nada fizeram. Nós libertámo-nos e a final entregámos o país em mãos assassinas que nada fizeram também, ou pelo contrário, fizeram coisas só para encher as suas bar-

rigas, dos seus amigos e familiares. E o nosso povo que tanto se sacrificou para a libertação do país continuou a viver na miséria. Para que que o povo precisa da auto-estrada Bissau-Bissalanca? Qual é a vantagem para o nosso povo de projectos tão ambiciosos como o Complexo de Cumé e, a EGA e muitos outros que por aí se fizeram e que estavam para ser feitos? Por isso, penso que temos ainda muito que fazer. Se quando os colonialistas foram corridos da nossa terra, no Banco havia só um escudo, agora Nino Vieira vai ter que enfrentar um país com uma série de dívidas externas.»

Teses em discussão

Por ocasião da jornada de estudo e divulgação, em todo o país, das Teses, dos Estatutos e Programa do PAIGC, que continuamos a publicar nesta página, o Comité do Partido do Sector Autónomo de Bissau enviou um comunicado aos órgãos de Informação onde se salienta:

«O Comité do Partido do Sector Autónomo de Bissau lança mais uma vez, um vibrante apelo a todos os militantes e simpatizantes, a todas as organizações da juventude, dos trabalhadores e das mulheres da nossa terra, no sentido de responderem às solicitações que o momento histórico nos impõe, através de uma participação efectiva durante o estudo e divulgação dos mesmos documentos. Devem intensificar os seus esforços de sempre, com cada vez maior consciência, maior sentido das responsabilidades, maior abnegação e sentido de disciplina, contribuindo assim para o fortalecimento e engrandecimento do nosso Partido, certos de que é essa a melhor forma de garantir o futuro do nosso povo e de realizar o sonho de Amílcar Cabral».

No mesmo comunicado lança-se igualmente um apelo «a todas as instituições estatais, públicas e privadas da nossa capital, no sentido de darem o seu apoio de sempre durante o decorrer do estudo e divulgação dos documentos do I Congresso Extraordinário, nas estruturas de base do nosso Partido».

Fundamentos político-ideológicos do Partido

2. Democracia revolucionária e Centralismo democrático

O PAIGC, partido único, organiza-se e funciona segundo o princípio do centralismo democrático que pressupõe a existência de uma participação das massas no processo de tomada de decisões e uma direcção colectiva forte, coesa e dotada para o efeito dos poderes que se impõem. Para que essa direcção não se torne conservadora e burocrática, para que continue a defender os interesses das massas populares, para que continue a ser portanto revolucionária, é necessário que no seio do Partido se aplique de forma dinâmica e global o princípio da democracia revolucionária. O Partido só poderá defender os interesses das massas populares se a sua direcção for constituída pelos melhores e mais conscientes filhos do nosso povo. Por conseguinte, a democracia revolucionária exige que o PAIGC crie o quadro dinâmico necessário para que os seus melhores militantes estejam à testa do nosso Partido e do nosso povo. Para melhor ilustrar a importância da aplicação deste princípio, citemos Cabral:

«...No quadro da democracia revolucionária e nas condições concretas da nossa luta, devemos fazer crescer as forças do povo, avançar com coragem para a conquista do poder pelo povo, a transformação radical da vida do nosso povo para uma etapa em que os meios de defesa da nossa revolução estarão inteiramente nas mãos do povo (...) Só através do aperfeiçoamento da prática da democracia revolucionária e do consequente alargamento das bases populares do nosso Estado se pode atingir, nas condições concretas do nosso país, o objectivo maior da consolidação da independência nacional».

3. Direcção colectiva

Outro princípio importante que deve reger o funcionamento do Partido é o da direcção colectiva.

A sua aplicação significa que a todos os níveis de direcção, da base à cúpula, as decisões são sempre tomadas colectivamente. Isto não significa necessariamente a existência de uma unanimidade. Quando esta não existe as decisões são tomadas por consenso ou por votação de maioria que deverá no entanto ser efectivamente aceite e cumprida pela minoria, podendo esta, porém, fazer registar o seu desacordo.

Da direcção colectiva resulta o máximo aprofundamento da análise de todos os aspectos da vida e da acção partidárias e portanto uma maior eficiência da direcção a todos os níveis.

4. Crítica e Autocrítica

A grande importância da aplicação permanente deste princípio em todos os escalões do Partido, e sobretudo a nível da Direcção, é que ele conduz à detenção sistemática dos erros e desvios cometidos, das acções correctas e incorrectas no seio do próprio Partido, levando assim este a uma maior unidade e pureza ideológica e à prática de uma moral revolucionária indispensável aos seus militantes, responsáveis e dirigentes.

A correcta aplicação dos princípios do Partido é portanto a garantia fundamental da participação das massas populares em todos os níveis do poder político, através dos seus legítimos representantes.

É também por intermédio da aplicação dos princípios do Partido, com a selecção e a renovação constantes que impõe, aliada a uma clarificação cada vez maior dos seus objectivos programáticos resultante do desenvolvimento das forças produtivas, que o PAIGC se transformará cada vez mais em Partido. Isto implica que, na linha dos objectivos que o definiram como Partido desde a sua fundação, continue a aprofundar o conteúdo ideológico fundamental da luta — a **liquidação na nossa terra da exploração do homem pelo homem**.

TESE III

PAIGC, Partido único e força política-dirigente da sociedade

A existência do PAIGC como partido único e força política dirigente da nossa sociedade justifica-se por razões históricas e da estrutura social vigente no país.

O PAIGC foi o Partido que dirigiu a luta armada de libertação nacional, que levou o nosso povo a libertar-se da dominação e explo-

ração coloniais e que conquistou o poder político na nossa terra.

O PAIGC, sob a direcção de Amílcar Cabral, lançou os fundamentos da nacionalidade e criou o primeiro Estado independente, livre e soberano da história do nosso povo.

Durante a histórica e heróica luta de libertação nacional, o PAIGC foi a única força patriótica a contar com o apoio da esmagadora maioria do nosso povo e de todas as camadas sociais.

Nesse processo o PAIGC foi reconhecido tanto no plano nacional como internacionalmente, e do ponto de vista político, moral e jurídico, como o único e legítimo representante dos interesses e das justas aspirações do nosso povo a uma vida de paz e de progresso.

Através de eleições livres e democráticas e por intermédio da sua Assembleia Nacional Popular, durante a luta de libertação nacional e após a conquista da nossa independência total, as massas populares da nossa terra demonstraram a sua inteira confiança no PAIGC e conferiram-lhe de facto e de direito a condição de força, luz e guia do nosso povo e de força política dirigente da nossa sociedade.

No processo histórico da luta do nosso povo, o PAIGC surge como a única organização política nacional capaz de transformar as condições de vida e de cultura da imensa maioria da nossa população. Para esse efeito, cria as bases da reconstrução nacional, iniciada já durante a gloriosa luta armada de libertação, estabelece as vias para a libertação progressiva das forças produtivas nacionais e promove a realização gradual dessa libertação.

Ao longo de toda essa experiência o PAIGC adquire uma maturidade, um conhecimento cada vez mais aprofundado e científico das leis e mecanismos da história e da realidade política, económica, social e cultural em que viveu o nosso povo desde a época da dominação e exploração coloniais. O PAIGC, apesar de algumas fraquezas e erros, que originaram o Movimento Reajustador do 14 de Novembro, continua a ser, no momento actual o legítimo herdeiro do património dessa tradição de luta política, económica, social e cultural do nosso povo. Por isso o PAIGC é, pela experiência organizativa e administrativa acumulada, no plano político e no da governação do Estado, pela confiança e apoio que recebe das massas populares, pelos justos princípios políticos e morais porque se rege, o único Partido em condições de dirigir a nossa sociedade e de ser o continuador da obra gloriosa e imortal de Amílcar Cabral.

Tendo em conta que a imensa maioria do nosso povo é constituída pelas massas laboriosas do campo e da cidade, que não existe uma burguesia nacional, que não existem grandes diferenças entre as camadas sociais e, que durante a luta se forjou uma consciência nacional que cresce mas que há que desenvolver ainda mais;

Tendo em conta que há que consolidar a nossa independência política e criar todas as condições para a conquista total da nossa independência económica, que no nosso país, objectivamente, o nosso Partido é a única entidade que pode isoladamente assumir a direcção do processo revolucionário (pois nenhuma camada social está em condições de o fazer separadamente);

E tendo finalmente em conta que no Partido se encontram militantes honestos, conscientes e empreendedores capazes de sacrifícios para que se realize no nosso país o grande sonho de Amílcar Cabral, para uma vida de paz, mais próspera e feliz para todos os cidadãos, que o PAIGC é o centro de definição, elaboração da linha política, económica, social, cultural, de defesa e segurança que orienta a actividade das massas e do Estado e o único instrumento capaz da realização prática de uma democracia nacional revolucionária, é ele também que deve ser o motor e a força dirigente da nossa sociedade. O Partido é e deve continuar a ser o objecto das nossas preocupações e a alavanca que move os militantes, responsáveis, dirigentes e todo o nosso povo para a edificação de uma pátria livre e progressista.

Há uma necessidade imperiosa de que o PAIGC, constituído na sua imensa maioria por dirigentes, responsáveis, quadros e militantes da Guiné, prossiga no presente e no futuro, com os melhores filhos do nosso povo, o caminho histórico da luta anti-imperialista e anti-colonialista, no combate ao atraso, à ignorância e ao subdesenvolvimento, dentro do espírito da obra revolucionária, de pensamento e de acção de Amílcar Cabral.

Nino Vieira sobre o futuro do Partido

O PAIGC escreverá páginas brilhantes

Na segunda parte da sua intervenção no comício que marcou a passagem do XXV aniversário da fundação do PAIGC, o camarada João Bernardo Vieira (Nino), Presidente do CNG e do Conselho da Revolução, foca a importância da realização, na nossa terra livre e independente, do III Congresso do PAIGC salientando que «o carácter fundamental e duradouro das opções políticas e ideológicas do Programa do PAIGC foram retomados, inclusivé, na definição do nosso conceito de desenvolvimento económico».

Da realização deste Congresso ao glorioso Movimento Reajustador do 14 de Novembro três anos. «O que se passou então?» — interroga o Presidente do CR para depois explicar a política irresponsável de Luiz Cabral, e o seu grupo, «na ânsia de dominar completamente todo aparelho de Estado, como já tinha feito com o Partido, principalmente na Guiné».

Derrubado esse regime a 25 de Abril de 1974 pelo Movimento das Forças Armadas, foi possível, à custa de difíceis negociações em que a coesão, disciplina interna, respeito pelos princípios e pelos objectivos programáticos do nosso Partido, ficaram mais uma vez patentes ao Mundo, conseguir o reconhecimento da Independência da República da Guiné-Bissau, bem como o reconhecimento do direito à autodeterminação e à independência do povo coboverdeano.

Assim, podemos afirmar que a luta armada na Guiné foi o berço da independência de Cabo-Verde — realidade histórica inegável.

Outra etapa significativa na vida do nosso Partido, é a realização do III Congresso do PAIGC, em Novembro de 1977 que aparece como um facto normal do desenvolvimento da nossa luta. Este histórico encontro adoptou o lema «Congresso da Independência, para Unidade e o Desenvolvimento», porque de facto era o I Congresso que se realizava após a libertação total da Guiné e de Cabo Verde e era também de afirmação e de consolidação da nossa independência. O Congresso traçou uma clara orientação do caminho que se devia seguir nessa etapa da nossa vida.

O PAIGC foi reafirmado pelo III Congresso como um movimento de libertação nacional no poder, pelo seu conteúdo ideológico e pela sua qualidade de enquadrador, organizador e mobilizador das massas populares para as tarefas de Reconstrução Nacional.

O QUE SE PASSOU ENTÃO?

Camaradas:

Ao evocarmos a história brilhante do nosso Partido e o longo caminho percorrido, não podemos deixar de referir, neste momento histórico, às razões e aos imperativos do Glorioso Movimento Reajustador do 14 de Novembro.

Realizou-se como atrás dissemos que o III Congresso do PAIGC em que se viveram momentos transcendentais da nossa vida e da nossa luta em todo o País, em especial, na nossa capital, berço do nosso glorioso Partido.

Pelo seu lema podemos aquilatar da responsabilidade assumida na definição clara do caminho a seguir na materialização das legítimas aspirações do nosso heróico Povo, na construção de uma Pátria próspera, onde reine a paz, o progresso e a justiça social.

Desse histórico evento receberia o Estado a influência política das opções programáticas enunciadas para a sua afirmação e consolidação se reconhecermos que as orientações preconizadas representam a via mais correcta para a edificação de uma sociedade liberta da exploração do homem pelo homem e de todas as formas de sujeição da pessoa humana a interesses degradantes, em proveito de indivíduos, de grupos ou de classes e a instauração da paz, do bem-estar e do progresso contínuo.

Consequentemente o carácter fundamental e duradouro das opções políticas e ideológicas do programa do PAIGC foram retomados, inclusivé na definição do conceito do desenvolvimento económico.

Exactamente três anos medearam entre o início dos trabalhos do III Congresso e o glorioso Movimento Reajustador do 14 de Novembro.

O que se passou então?

Pensou-se de início que as determinações emanadas do III Congresso iriam permitir o regime de Luiz Cabral rever os erros que vinha cometendo e retomar a linha mestra das nossas opções políticas. No entanto, esse regime continuando a movimentar-se numa realidade política, económica e social já caracterizada pelos «virus» duma prática política irresponsável e inconsequente onde reinava o amiguismo, o nepotismo, o proteccionismo, a tolerância face aos erros, ia cavando, a par e passo, o fosso entre o determinado e o realizado, reduzindo à letra morta as Resoluções do III Congresso.

Na verdade essas fraquezas levaram a desvios da linha programática do Partido, com a instituição e a consolidação de práticas anti-democráticas, criando uma situação quiçá anormal que ia conduzindo o Partido de Cabral à agonia.

Assim, por exemplo, nos documentos básicos do III Congresso, em relação às questões políticas afirmava-se que se devia praticar uma política de unidade nacional, aprofundar o conteúdo ideológico, retomar e reforçar a organização através de uma prática revolucionária de defesa intransigente dos interesses das massas trabalhadoras; e que a política de democracia nacional revolucionária estaria permanentemente presente, por forma a garantir uma crescente e activa participação das massas populares na gestão dos seus interesses.

Assistiu-se, no entanto, à não observância desses princípios ideológicos do Partido, no que se refere à democracia revolucionária, ao centralismo democrático, à direcção colectiva, a crítica e autocritica, reduzindo a zero o trabalho ideológico e ao caos absoluto as próprias Estruturas do Partido.

CLIMA DE INTRIGAS

Essa política irresponsável levou à concentração de poderes num pequeno grupo de dirigentes, gerou um clima de intrigas e de desconfiança, permitindo o isolamento dos descontentes e o desencorajamento dos opositores o que ia esvaziando o PAIGC do seu conteúdo ideológico, suprimindo a identidade e a dignidade do povo Guineense.

São exemplos dessa lamentável situação o alargamento da Comissão Permanente do Comité Executivo da Luta; a incompreensível inversão da posição dos membros do Partido, a distribuição das patentes aos Camaradas das FARP sem o mais elementar critério que tivesse em conta a sua contribuição para o triunfo da Luta Armada, as desmobilizações compulsivas, as prisões arbitrárias, e o desprovimento de significado do dia da nossa Independência — 24 de Setembro —.

Nem as torturas e as eliminações físicas dos filhos da nossa terra perpetradas sem o mínimo respeito pela dignidade da pessoa humana, de que as valas comuns são o testemunho vivo, faltaram à fúria assassina, dos inimigos e traidores do nosso Povo que se estribaram na deturpação da aplicação do princípio da Unidade, de concepção dinâmica e baseada na igualdade.

A prática corrente de tais irregularidades não contentou Luiz Cabral e o seu grupo, na sua ânsia de dominar completamente todo o aparelho do Esta-

do, como já tinha feito com o do Partido, principalmente na Guiné. É assim que na mira da usurpação total do Poder, procura, através da nova Constituição esvaziar o conteúdo do cargo de Primeiro Ministro em proveito do Presidente do Conselho de Estado, omitir a importantíssima questão de ser cidadão de origem como condição para eleição ao cargo de Presidente apesar das críticas, dos protestos e das propostas de alteração desses e doutros pontos fundamentais, vindas das massas populares e reafirmadas nas reuniões do Conselho Nacional da Guiné.

No domínio social, a quebra de prestígio do Regime de Luiz Cabral era uma realidade, arrastando para a queda o próprio Partido, que granjeara fama e nome internacionais à custa de enormes sacrifícios de sofrimento incomensuráveis consentidos pelo nosso Povo e, em especial pelos valorosos combatentes nas matas da nossa querida e amada Pátria.

O alheamento dos problemas do Povo era a prática quotidiana, desde a penúria de géneros alimentares, à falta de medicamentos e à incoerência e indisciplinação de uma política salarial e habitacional, passando pela cobertura à corrupção, à demolição de casas a realização de gastos sumptuários, tudo foi feito sob olhares críticos e melancólicos no nosso Povo, numa profunda insatisfação e mal-estar permanentes.

Era a decepção total para todos, em especial, para os militantes do Partido que sonhavam com a materialização do estatuído no seu programa.

Nada se viu senão o nepotismo, o estabelecimento de obras de fachada, o abandono dos bairros populares e a demagogia.

Entre os exemplos flagrantes dessa política demagógica encontram-se a suspensão por tempo indeterminado do inquérito iniciado com os Armazéns do Povo e que tinha já levado alguns Camaradas à prisão, a destruição de habitações para a construção da auto-estrada sem que os interesses dos moradores tivessem sido previamente acautelados, a implantação de empreendimentos de prestígio, totalmente divorciados da realidade sócio-económica do País.

O PAIGC, força política dirigente da sociedade perdendo assim, a sua essência de porta-voz e defensor dos anseios e interesses das massas populares, é, ia deixando de desempenhar o papel de orientador, canalizador e dinamizador das energias criadoras do nosso Povo, característica essa que tão bem soube conquistar ao longo dos duros anos de luta coroados por retumbantes vitórias alcançadas pelo nosso Povo.

O CAOS CONTINUAVA A GRASSAR

No aspecto económico o caos continuava a grassar. Apesar de se ter afirmado que o nosso conceito de desenvolvimento se baseava na necessidade de transformar a realidade objectiva do nosso atraso em construir a paz, o bem-estar e progresso contínuo do nosso Povo, tomando-se como base a mobilização das camadas mais desfavorecidas da população, sobretudo dos trabalhadores do campo, a aplicação na prática dos investimentos necessários para o efeito era grandemente distorcida.

Não podemos deixar de admitir que o conceito de desenvolvimento preconizado e as medidas de:

— Dinamização das actividades sócio-económicas principalmente no interior do País;

— Evitar que Bissau fosse o centro monopolizador das acções empreendidas;

— Integração dos projectos existentes e futuras estruturas locais e regionais;

— Prudência, de modo a levar a cabo empreendimentos em função de um desenvolvimento económico independente.

Mais não tinham do que garantir a independência económica e social do País, em proveito de todos.

Por isso se afirmava, no tocante à nossa estratégia de desenvolvimento, que:

«Pelo menos durante os anos que constituírem a fase de transição necessária para a total liquidação da herança e das estruturas resultantes da dominação colonial portuguesa, daremos prioridade à agricultura. No quadro de uma tal estratégia a nossa preocupação é beneficiar em primeiro lugar o povo camponês».

Era, portanto, evidente que a agricultura devia constituir a primeira prioridade articulando-se com a indústria num desenvolvimento equilibrado, em que ela é a base e a indústria o factor dinamizador.

Igualmente não foi descurado nessa estratégia o importante papel do comércio como instrumento do desenvolvimento económico, reafirmando que apenas uma sólida e eficaz estrutura de comercialização adequada às necessidades da população rural permitiria romper o ciclo de autossustentação.

Queremos afirmar que esta estratégia, de extrema pertinência, que inseriu também a política de austeridade na gestão dos recursos do Estado, se casa com as opções programáticas do PAIGC.

Simplesmente não foi posta em prática e nunca passou de tábua rasa.

Verificou-se, em primeiro lugar, a deslocação do centro das atenções do sector agropecuário com fraca percentagem de investimentos para o das indústrias supostamente geradoras de divisas mal dimensionadas e absorvendo pouca mão-de-obra e, em segundo lugar a instituição dum comércio que não desempenhava o papel que lhe competia no quadro da economia nacional.

É assim que em consequência desta má orientação da política económica surgem o Complexo de Cumeré, as fábricas de oxigénio e acetileno, de plásticos, a Empresa Guineense de Automóveis (EGA), isto em detrimento do desenvolvimento agrícola, assistindo-se deste modo:

— à quebra progressiva da produção agrícola resultante dessa má orientação e das condições climáticas adversas;

— a um elevado grau de endividamento externo;

— ao elevado défice da balança comercial e de pagamentos;

— à falta crónica dos bens da primeira necessidade e a ruptura permanente dos seus stocks;

— à má gestão, falta de rigor e desvios de fundos em alguns sectores importantes da vida económica, nomeadamente no comércio e na indústria de que as comissões de auditoria dão nota bastante;

— e ao esbanjamento do património e do erário públicos.

POLÍTICA DEMAGÓGICA

Perguntamos onde queria o regime deposto levar o glorioso PAIGC e o nosso heróico Povo, depois de bloquear todas as estruturas do Partido e implantar o regime popular?

Estamos convictos que com a política demagógica implantada pretendia simplesmente liquidar o PAIGC como força política dirigente da sociedade, esvaziá-lo do seu conteúdo ideológico, da sua essência como porta-voz dos anseios e interesses das massas populares e destruí-lo como instrumento fundamental do nosso Povo para a construção na nossa terra de uma sociedade feliz e progressista, livre e democrática onde reinaria a paz e a justiça social.

É contra esta tendência que se levanta na noite histórica de 14 de Novembro um grupo de militantes, constituídos em Comando Operacional com a total e incondicional adesão das nossas gloriosas Forças Armadas sob o nosso comando, e que na base de um Movimento Reajustador, como única via capaz de reconduzir o Partido ao caminho de Cabral, afasta Luiz Cabral cria o Conselho da Revolução que assume todos os poderes com o objectivo de salvar o PAIGC dum desintegração certa, fazer observar os seus princípios e programas, e dotar o País de uma governação esclarecida, lúcida, honesta, justa e responsável na defesa dos superiores interesses do nosso Povo.

O glorioso Movimento Reajustador do 14 de Novembro pegou, portanto, em armas para opôr à violência contra-revolucionária de Luiz Cabral, à violência revolucionária do nosso heróico Povo e,

Camaradas:

Não podia deixar de ser preocupação primeira do órgão máximo do Poder do Estado e da Nação, o Conselho da Revolução, lutar pelo retorno à observância dos princípios do PAIGC e instituir medidas conducentes à necessária recuperação política, sócio-económica e cultural do País.

Assim, não foram poupados esforços no esclarecimento iniciado logo no dia 15 de Novembro, ao nosso Povo e à comunidade internacional das motivações e objectivos do Movimento e se afirmava que as estruturas e a base ideológica do PAIGC se mantinha sujeitas apenas à dialéctica interna de um processo revolucionário.

A notória intransigência do ex-Secretário Geral do PAIGC pela recusa de discussão de qualquer tema partidário e a decisão unilateral e anti-estatutária da ala caboverdeana de se separar e de criar um novo Partido em 20 de Janeiro levam a adaptação do Partido à nova situação por forma a continuar a ser a força, luz e guia do Povo Guineense.

Para tal reafirmou-se em 21 de Novembro num meeting em que a Praça dos Heróis Nacionais se transformou num mar de gente, que os princípios consagrados no PAIGC e consubstanciados no pensamento de Cabral seriam seguidos: o mesmo se faz nas Regiões e na Reunião Extraordinária do Conselho Nacional da Guiné onde foram sublinhadas as principais causas de ordem política, económica e social que levaram ao glorioso Movimento Reajustador de 14 de Novembro.

A reactivação da vida Partidária e a análise da situação emergente da criação de um novo Partido em Cabo Verde, um dos mais duros golpes que o nosso Partido sofreu, levaram à convocação de uma II Sessão Extraordinária do CNG.

Importantes orientações que visam salvaguardar a essência do PAIGC e a sua revitalização emanaram dessas reuniões.

Entre elas salientamos a reafirmação da continuidade do PAIGC como único Partido, sua unidade e coesão, à defesa e preservação da sua pureza ideológica, à observância da disciplina partidária e dos princípios consagrados e indispensáveis ao seu bom funcionamento, à eleição e à constituição dos comités de base e à realização das conferências regionais.

Foi também reafirmada a política da Concórdia Nacional proclamada e praticada pelo Conselho da Revolução e do conjunto de medidas de austeridade com vista ao saneamento da situação económica e financeira.

É neste quadro que o Conselho da Revolução seguindo o princípio sempre defendido por Cabral de que todo o homem é recuperável concedeu amnistia a crimes políticos praticados entre 1 de Janeiro de 1976 a 14 de Novembro de 1980 e a diversos delitos de carácter comum.

Há todavia indícios de que alguns elementos contemplados com este acto de graça e de magnanimidade do Conselho da Revolução não têm dado mostras de arrependimento pelos erros outrora cometidos estão tentando criar um clima de instabilidade social e política no País.

Queremos alertar esses elementos de que não serão, de modo algum, tolerados quaisquer actos perturbadores da ordem política e social e que medidas enérgicas serão tomadas contra os seus autores.

APELO À UNIDADE

Desejamos, no entanto, reiterar o apelo já lançado aos nossos compatriotas para que todos unidos, em torno dos ideais que nortearam o Movimento Reajustador do 14 de Novembro e dos princípios do P.A.I.G.C., construamos a felicidade, o progresso e o bem-estar do nosso Povo.

Tomou-se ainda a decisão, tendo em conta a grave crise que o Partido atravessa e a necessidade da sua adaptação à nova realidade nacional, de convocar um Congresso Extraordinário do PAIGC como único órgão competente para se pronunciar sobre o seu futuro, dado que a maioria dos militantes (mais de 2/3) é guineense.

Tarefa árdua, mas exaltante para todos os militantes pois fazer renascer o nosso Glorioso Partido da profunda crise em que a cisão caboverdeana e a política anti-partidária do regime deposto o colocaram, é obra apenas daqueles em que o sangue que corre nas veias é o PAIGC.

O desenrolar dos trabalhos e o cumprimento na íntegra das directivas emanadas dão conta dessa sólida e firme vontade de tudo fazer para que o P.A.I.G.C. seja mantido, renovado e adaptado à situação nova que estamos vivendo, reconquistando igualmente o merecido lugar na história dos movimentos de libertação da África e do Mundo.

Assim, já se realizam, além das sessões de esclarecimento das razões do 14 de Novembro, as Assembleias Regionais para discussão do relatório apresentado na 2.ª Sessão Extraordinária do CNG, o recenseamento e a inscrição de militantes e candidatos, as eleições dos comités de base, para designação dos delegados às conferências sectoriais. O sucesso da 3.ª Reunião Extraordinária do CNG, para discussões das teses ao Congresso Extraordinário leva à realização de seminários para divulgação e as conferências regionais, para designação dos delegados ao Congresso.

Outro acontecimento importante que atesta toda a dinâmica imprimida, foi a realização da 1.ª Conferência Nacional das FARP.

Camaradas:

Estamos a menos de dois meses da realização do I Congresso Extraordinário do PAIGC que certamente tomará decisões importantíssimas no que respeita ao saneamento, à renovação, e, dizíamos à ressurreição do Partido. Estamos certos de que interpretando de forma fiel, mas dinâmica e criadora, o pensamento do nosso saudoso líder Camarada Amílcar Cabral, o Congresso conduzirá o Partido à observância dos seus princípios fundamentais.

RESSURGIMENTO DO PARTIDO

Porém, o ressurgir do Partido, como uma organização forte, coesa e democrática vai exigir um grande esforço de todos os seus dirigentes e militantes. O regresso à aplicação correcta dos princípios, à uma acção organizativa eficaz, é um trabalho político-ideológico profundo e vigoroso, é a tarefa prioritária que se nos impõe e seja objecto do próximo Congresso Extraordinário que se realizará de 8 a 14 de Novembro.

O PAIGC tem que ser reestruturado e adaptado à nova realidade, como Partido Nacional Guineense, constituído e dirigido pelos melhores filhos do nosso Povo por aqueles que souberam no momento exacto, retornar ao caminho traçado por Cabral, pondo termo a uma crise que ameaçava os próprios fundamentos do nosso Partido.

O PAIGC, não cansemos de repeti-lo — Partido Nacional Guineense — fiel ao pensamento do nosso saudoso líder Camarada Amílcar Cabral, e na linha da sua acção sempre vitoriosa, escreverá ainda páginas das mais brilhantes da História do nosso Povo, realizando na Guiné a sociedade de bem-estar, paz e progresso por que lutaram e deram a vida os melhores filhos da nossa Terra como Cabral, Domingos Ramos, Pansau Na Isna, Titina Silá, Osvaldo Vieira, e tantos dos nossos heróis e mártires.

O Movimento Reajustador de 14 de Novembro e o seu órgão institucional — o Conselho da Revolução — terão assim cumprido uma das tarefas fundamentais da sua nobre e histórica missão de reconduzir o nosso Partido, o nosso Estado e dum modo geral o nosso País à estabilidade, à justiça social, à paz e ao progresso, pondo termo à crise em que se vinha debatendo o P.A.I.G.C. e criando as premissas necessárias para que o nosso Povo possa olhar com confiança para o futuro radioso que ante ele se abre. Uma dessas premissas (das mais importantes) é o restabelecimento da Unidade Nacional, seriamente comprometida pela política desastrosa do regime deposto, que permitirá a todos os filhos da nossa terra darem a sua pequena mas sempre valiosa contribuição ao progresso do nosso País, no quadro de uma política de Concórdia Nacional.

Camaradas:

Temos sobre os nossos ombros a pesada responsabilidade de continuar 25 anos de história gloriosa do nosso Partido, 25 anos de luta, 25 anos em que se forjou e desenvolveu a Nação Guineense, em que se libertou o nosso País e em que nos preparamos para transformá-lo numa terra de Bem-estar, Progresso e Justiça Social para todos os seus filhos.

Esta pesada responsabilidade que impende sobre todos leva-nos a lançar um apelo a todos os nossos compatriotas, aos camponeses, restantes trabalhadores e aos nossos estudantes para que unindo os seus esforços possam contribuir para a materialização dos objectivos preconizados pelo Conselho da Revolução.

SOMOS E CONTINUAMOS A SER PAIGC

Aos camponeses e outros trabalhadores que aumentem grandemente a sua produtividade para a construção do bem-estar do nosso Povo.

Aos estudantes que tenham sempre bem presente que nesta etapa do nosso desenvolvimento, a formação técnico-profissional é premente e indispensável ao arranque, à consolidação e ao progresso da nossa vida económica.

A população em geral recomenda-se vigilância face às manobras do inimigo, tendentes a pôr em causa a estabilidade política e sócio-económica do País.

Esta jornada de Comemoração do XXV Aniversário do PAIGC deverá também ser para todos os militantes conscientes do nosso Partido, uma jornada de reflexão sobre o passado, o presente e as perspectivas de futuro da nossa organização sobre as responsabilidades de cada um no processo de transformação do nosso País.

Camaradas, é o momento também de tomarmos o solene compromisso de darmos o máximo de nós mesmos para a consolidação do Partido; para que se realize na nossa terra o sonho de Cabral e de todos os nossos heróis e mártires, porque, como eles, somos e continuamos a ser PAIGC.

XXV Aniversário do PAIGC

O golo de Hermitão, que através de uma exibição notável rubricou a sua presença no campo, deu a possibilidades a que Pi — capitão da selecção de Bandim-2 — recebesse das mãos do camarada Francisco Bá, responsável para as relações exteriores do CNG, a Taça XXV aniversário do PAIGC, além de 3 cabritos que coube aos finalistas. Um rico banquete para as duas equipas.

Após Eugénio (Bissau Novo) desperdiçar várias oportunidades de golo, Hermitão, extremo esquerdo de Bandim-2 abriu o activo no 64.º minu-

to. Todavia, ao longo dos primeiros três quartos de hora este jogador obrigou Opa, (defesa impecável na marcação) a recorrer a todos os seus reflexos e rudeza para estancar as investidas deste jovem promissor. Outro não federado que demonstrou serenidade e presença dentro das quatro linhas foi Malam um dos centrais de Bissau Novo.

Antes do remate vitorioso, Pagâncio encontrava-se em posição irregular que o árbitro não assinalou. Aliás Mbunhe N'cada pareceu-nos acusar a falta de actuação ao

cometer um erro enorme mandando marcar livre contra Bandim-2 quando a lei estipula repetição do lance. Este facto ocorreu quando Fidélis executou pontapé de baliza e um defensor captou o esférico antes que este transpuzesse a grande área. Erro imperdoável para um árbitro do nacional de futebol.

Outro caso de registo foi o desgaste físico bastante notório nos federados. Depois do campeonato de defeso e sem qualquer espécie de descanso, o concurso destes jogadores no nacional de futebol

que se avizinha, será válido?

Apesar do programa desportivo para a comemoração do XXV aniversário não ter sido cumprido na íntegra, devido a uma organização frágil, os nossos parabéns à subcomissão organizadora que conseguiu fazer «bailar» as equipas não oficiais.

Nas disciplinas programadas só o ténis fez parceria com o futebol. Nada de admirar, nada de feitiçaria ou milagres porque são as únicas modalidades com uma certa estrutura mais ou menos sólidas.

Congresso Olímpico

Cerca de seiscentos delegados de todo o mundo estudam, actualmente, o futuro dos Jogos Olímpicos em Baden-Baden (RFA), num congresso que termina na próxima segunda-feira.

Sob a divisa «Unidos pelo e para o Desporto» o congresso será seguido por cerca de 398 jornalistas. Três temas estão em discussão: o futuro dos Jogos Olímpicos, a cooperação internacional e o futuro do Movimento Olímpico.

Entretanto, nas vésperas do Congresso, Viktor Ivonine, vice-presidente do Comité Olímpico Nacional da URSS, concedeu uma entrevista a APN na qual afirmou que «o prestígio dos Comités Olímpicos Nacionais cresceu e o número eleva-se já a 150. Aplaudimos a formação de Associações de comités Olímpicos nacionais em

África que propaga já, activamente, no continente os nobres ideais do movimento Olímpico e debruça-se sobre a elaboração da estratégia geral do desenvolvimento do desporto». Por outro lado, acrescentou que «a comunidade internacional reconhece ainda que o movimento olímpico se reforçou graças ao êxito da olimpíada-80 em Moscovo».

Na sua declaração reforçaria que «todos os partidários da observação da Carta Olímpica deverão dar no Congresso uma réplica decidida às tentativas de deturpar os princípios mais importantes do olimpismo». E conclui referindo-se a África do Sul «representam um perigo substancial neste sentido as investidas dos racistas do desporto, os quais procuram novamente participar nos jogos na arena internacional».

Benfica na hora do balanço

«O Benfica não tem concorrentes no plano nacional visto que durante 4 épocas consecutivas foi campeão» — a afirmação foi feita pelo presidente da Direcção dos encarnados, Telmo de Sousa Mendes ao apresentar o relatório anual da Direcção que preside, para a discussão, discussão e aprovação, acompanhadas e despesas relativas aos anos 78/79, 79/80 e 80/81, à assembleia geral dos sócios efectivos, fundadores e beneméritos. O dirigente do Benfica fez questão de explicar que a expressão por ele utilizada não visa ferir susceptibilidades.

A reunião que decorreu num clima de discussão aberta e calorosa em que alguns sócios usaram da palavra, teve os seguintes pontos na ordem do dia: Relatório da Direcção; Apresentação do projecto dos Estatutos; e Diversos (louvares ao ex-presidente do Conselho Técnico, Armando Lopes, e a equipa técnica na pessoa do seu treinador e os atletas); o projecto de construção de um pavilhão gimnodesportivo no terreno anexo à Sede e a proposta dos novos órgãos dirigentes do clube.

No entanto, registou-se uma acérrima discussão sobre a divulgação do relatório da Direcção, e a mesa da Assembleia viu-se obrigado fazer vincar a sua posição dando explicações a uma minoria e os «nha boca casta lá» que não saiu totalmente derrotada por acharem que «é segredo da casa e temos muitos inimigos». Efectivamente, o presidente do actual Conselho Técnico, Domingos Soares Cassamá, «morbidamente» sentenciava de que as notas do jornalista do Não Pintcha deviam ser censuradas. E esta? Não lembra o diabo tal coisa...

O relatório da Direcção cessante e o projecto do pavilhão gimnodesportivo foram os pontos que suscitaram maior discussão e uma participação construtiva dos sócios. A Direcção, na pessoa do seu presidente Telmo de Sousa Mendes apresentou o relatório anual. Na nota introdutória, diria que «a Direcção está a trabalhar sem medo» e, graças às medidas adoptadas o clube do Sport Bissau e Benfica conquistou prestígio no plano nacional, consagrando-se assim imbatível e em primeiro lugar entre os outros grupos desportivos que disputam o campeonato nacional. Por isso a Direcção benfiquista verificou que «no plano nacional já não tem concorrentes, e pretende este ano organizar-se de modo a que o nome do Benfica ultrapasse as nossas fronteiras e possamos conquistar prestígios nas competições desportivas internacionais», salientaria ainda no relatório

de discussão aberta e calorosa em que alguns sócios usaram da palavra, teve os seguintes pontos na ordem do dia: Relatório da Direcção; Apresentação do projecto dos Estatutos; e Diversos (louvares ao ex-presidente do Conselho Técnico, Armando Lopes, e a equipa técnica); o projecto de construção de um pavilhão gimnodesportivo no terreno anexo à Sede e a proposta dos novos órgãos dirigentes do clube.

apresentado aos sócios. O ASPECTO FINANCEIRO

O aspecto financeiro

As finanças dos clubes desportivos do país, o «calcanhar de Aquiles» dos dirigentes, obrigam

matarem as brechas. As inúmeras despesas que são obrigadas a suportar no decurso do campeonato, os clubes desportivos dão um material elucidativo que serviria para um estudo de como aguentar a inflação crónica. A situação é degradante nos clubes do interior e, na capital, as coisas também não primam para um equilíbrio aceitável, antes pelo contrário, as colectividades de Bissau vegetam nas mesmas águas inflacionistas. Aos dirigentes impõe-se que sejam «acrobatas financeiros» para que o clube agente, que promova, que conquiste os títulos. No entanto, damos a palavra ao Telmo de Sousa Mendes que explicou a

«bote». Para Telmo «a Direcção que preside tem lutado com dificuldades para solucionar os problemas que lhe depararam. Os subsídios da Federação não chegam. Para conseguir aguentar contratámos 5 mulheres bideiras que vendem peixe para o clube. O Benfica paga essas bideiras 2400,00 pesos cada. Se eu como Director do Estrela do Mar dou facilidades aos particulares porque é que não devo dar ao Benfica? E, além disso, é um posto de trabalho que criamos para essas mulheres».

O elenco dirigente do clube encarnado tem desfrutado apoio dos sócios, apesar de «o número de sócios é reduzi-

projecto gimnodesportivo o poderiam conviver jogando xadrez, ping-pong, damas, etc.» frisou ainda o presidente, da Direcção para adiantar que «a construção do pavilhão gimnodesportivo irá relançar a prática desportiva na capital, visto que as restantes modalidades irão ser incrementadas».

Segundo o relatório da Direcção referente ao triénio (79/81), as receitas arrecadadas totalizam 1.760.689,50 PG e as despesas cifram em 1.885.009,20 PG. No mercado nacional, a Direcção encarnada deve 49.820,00 PG ao Siló Diata, 55 mil a Socomin e 19.500,00 PG ao Hotel Portugal. Entretanto, o clube dispendeu com os atletas em (subsídios e prémios) no mesmo período, a soma de 1.131.550,00 PG. E, por seu turno, os atletas devem a Direcção nada mais nada menos do que 57.990,00 PG.

Pavilhão gimnodesportivo

A construção de um pavilhão gimnodesportivo no terreno anexo à Sede, um projecto ambicioso e uma iniciativa louvável no aspecto social e desportivo, pois que englobará recinto para a prática de basquetebol, futebol salão, ping-pong, voleibol, salão de festas e conferências, cinema, etc. A sua utilização será alargada a entidades oficiais e particulares. Entretanto, a Direcção pensa, desde já, que as Organizações de Massas do Partido e Obras de Beneficência não serão cobradas. Por outro lado, prevê-se uma campanha de sensibilização através dos órgãos de comunicação para os jovens interessados na prática das restantes modalidades «para diversificar o desporto, apoiar as outras modalidades. Criar as secções competentes e, dentro de um mês dar corpo ao projecto» — esclareceria ainda Telmo.

No entanto, em qualquer empreendimento de vulto é necessário uma fonte de financiamento. O problema foi debatido, equacionado e apoiado por unanimidade, aliás como todas as propostas apresentadas na reunião da Assembleia Geral efectuada no domingo passado. Para financiamento do projecto deu-se prioridade às entidades diplomáticas com a apresentação da memória descritiva do projecto do pavilhão as embaixadas; as entidades privadas e estatais e por último ao Banco Nacional. Um stand do projecto estará patente ao público na sede do Clube.

O aspecto técnico do projecto mereceu da parte do presidente da Assembleia Geral Mateus dos Santos Sanhá um apoio incondicional e que iria pôr à disposição dois técnicos da Empresa Construções Africana.

O pavilhão gimnodesportivo estará ao dispor dos trabalhadores das empresas estatais e, através da Secretaria de Estado da Juventude e Desportos os dirigentes encarnados pensam solicitar o concurso de técnicos de vários países, especialmente da RDA, Coreia, Portugal, Brasil, URSS e Senegal para ministrarem aulas aos praticantes das restantes modalidades. Os técnicos nacionais da INEFD encontram-se na agenda dos técnicos a serem contratados.

do clube mereceu atenção da Direcção com uma explicação detalhada.

que estes sejam «malabaristas na obtenção de fundos para col-

estratégia que a Direcção benfiquista tem utilizado para aguentar o

do. O clube não possui condições para dar regalias aos sócios, e, com o

Anúncio

PRECISA-SE

Casal Jovem com um filho precisa de casa, assoalhada ou anexo, de preferência no centro da cidade. Resposta a este Jornal ao N.ºs. 3713 ou 3728 durante as horas normais de expediente.

Prisões no Senegal

Vários membros do Partido Democrático Senegalês (PDS), de Abdoulaye Wade, foram presos no sábado passado em todo o território do país, acusados de «atentado à segurança do Estado», segundo um comunicado do ministério da Justiça, citado pela Rádio-Senegal.

A rádio acrescentou que estas detenções seguiram-se às «revelações» dum tal Amadou Fall, descrito como antigo guarda-costa de Abdoulaye Wade.

Por seu lado, o P.D.S. publicou uma nota no mesmo dia, confirmando que vários de seus militantes foram presos em quatro regiões do Senegal há uma semana, e que «suas casas e lugares de trabalho foram sistematicamente rebuscados».

Segundo o PDS, o governo «procura armas e documentos comprometedores, a fim de demonstrar que introduzimos armas de guerra e procuramos apoderar-nos do poder pela força».

Brasil

Um civil presidente

Aureliano Chaves — primeiro civil a dirigir o país desde a instauração do regime militar em 1964 — foi oficialmente investido presidente provisório da República do Brasil na quarta-feira, depois do enfarte de miocárdio de que foi vítima, na sexta-feira passada o chefe de Estado brasileiro, general João Figueiredo.

Um editorialista político comentou que a estadia no poder de um civil, mesmo provisória e por um período de oito semanas, é um «passo gigantesco na consolidação do processo de normalização democrática do país».

Angola: FAPLA recuperam Mongua, Xangongo e Ondjiva

O Ministério Angolano da Defesa anunciou na terça-feira que as Forças Armadas Populares de Libertação de Angola (FAPLA) retomaram o controlo de três localidades do sul do país que estavam ocupadas há 31 dias pelas tropas invasoras da África do Sul. Trata-se das cidades de Mongua, Xangongo e Ondjiva, que foram praticamente destruídas.

O comunicado do ministério da Defesa acrescentou que as hordas sul-africanas atacaram e destruíram também a cidade de Macucoque, situada a 20 quilómetros de Xangongo.

Confirmando as acusações das autoridades angolanas, os membros de uma delegação da OUA em visita a Angola afirmaram que a África do Sul ainda não se retirou do sul de Angola, e denunciaram afirmações contrárias como sendo «sem nenhum fundamento».

Num comunicado difundido na terça-feira, em Addis-Abeba, a delegação precisa que na realidade, a África do Sul iniciou a instalação de uma zona tampão no sul de Angola, com o objectivo de aí instalar os rebeldes da UNITA, grupo fantoche dirigido por Jonas Savimbi e manobrado pelo regime racista de Pretória.

O texto da OUA exige a retirada total e incondicional da África do Sul, e pediu uma ajuda «moral e material» para o governo angolano.

Na segunda-feira, o chefe de Estado queniano, Daniel Arap Moi, que é também presidente em exercício da OUA, apelara os países membros da Organização pan-africana a dar «uma assistência material e militar» ao governo de Luanda, a fim de «ajudá-lo a repelir a agressão e a ocupação armada do território angolano».

«A agressão contra um Estado africano constitui uma agressão contra a África, e a África tem o

direito de se defender contra tal agressão», acrescentou Arap Moi.

ARMA DO PETRÓLEO

Por seu lado, o ministro dos Negócios Estrangeiros de Angola, Paulo Teixeira Jorge, declarou na sexta-feira passada que o seu país estava disposto a utilizar a «arma» do petróleo contra os Estados-Unidos, «se Washington ameaçar a integridade territorial de Angola».

Paulo Jorge respondia as perguntas acerca da relação entre a política da administração Reagan na África Austral e os importantes interesses da companhia petrolífera americana «Gulf» em Angola.

O chefe da diplomacia angolana, que dava uma conferência de imprensa em Roma, manifestou a séria inquietude do governo de Luanda perante o reforço das relações entre os Estados-Unidos e o regime racista de África do Sul, que «poderá ter como objectivo a destabilização de Angola».

«Se os Estados-Unidos querem ir assim tão longe, procuraremos dar-lhes uma resposta adequada», sublinhou Paulo Jorge, referindo-se, sem dúvida, aos interesses americanos no domínio da exploração de petróleo em Cabinda.

Entretanto, o ministro sul-africano dos Negócios Estrangeiros, Pik Botha, anunciou que o seu governo estuda actualmente o pedido de restituição do cooperante soviético capturado pelas tropas racistas no sul de Angola, durante a invasão chamada de «operação Proteu».

No sábado passado, a agência Tass anunciara que a «União Soviética exigia a libertação imediata de um mecânico soviético capturado pelas tropas sul-africanas, assim como a restituição dos corpos dos mortos» (quatro, segundo Pretória).

Os países Ocidentais e a Namíbia

Os ministros dos Negócios Estrangeiros dos cinco países ocidentais membros do grupo de contacto sobre a Namíbia anunciaram que iniciarão em Outubro discussões com as partes implicadas, com vista à aplicação, em 1982, do plano da ONU para a independência do território.

Um comunicado publicado no final da reunião dos ministros do grupo de contacto indicou que as potências ocidentais entabulariam discussões com a África do Sul, Swapo e os Estados africanos da «frente». Nestas conversações abordaram nomeadamente as propostas de princípios constitucionais, destinados à Assembleia Cons-

tituinte, e o calendário de aplicação em 1982 da resolução 435 da ONU sobre a Namíbia.

Segundo o comunicado final, as cinco potências ocidentais «reconhecem e partilham o desejo da comunidade internacional de ver realizado progressos rápidos e substanciais sobre a via de aplicação do plano das Nações Unidas e da independência da Namíbia».

Marcando a posição das nações africanas sobre esta questão, o secretário-geral adjunto da OUA, o argelino Noureddine Djoudi, reafirmou na terça-feira que a OUA não aceita qualquer modificação na resolução 435 da O.N.U. sobre a Namíbia.

Comentando as conversações em Zurique, entre os Estados-Unidos e a África do Sul acerca da questão namibiana, Djoudi disse que a OUA não era favorável à concessão de garantias constitucionais à minoria branca da Namíbia antes da independência do território.

«Para nós, não há razão para esperar até 1983 e então reconhecer a independência da Namíbia», declarou ainda o responsável da OUA. «Esperar até 1983 permitirá à África do Sul tentar liquidar a Swapo e manobrar à sua vontade. Não vemos o que as conversações bilaterais de Zurique poderão trazer de novo», concluiu Djoudi.

Polónia

A autogestão

VARSOVIA — As leis sobre a autogestão das empresas do Estado foram adoptadas ontem por unanimidade pela Dita (parlamento polaco).

A lei sobre a autogestão prevê nomeadamente que os directores das empresas serão nomeados, quer pelo governo que pelo conselho do pessoal, com direito de veto para cada uma das partes, podendo os tribunais decidir em última instância.

França: Projecto de nacionalizações

Cinco grandes grupos industriais franceses de dimensão mundial, 36 bancos e duas companhias financeiras (Suez e Paribas) vão ser nacionalizadas, assim como os dois grupos siderúrgicos, Usinor e Sacilor, pelo governo de esquerda de Pierre Mouroy, que adoptou na quarta-feira um projecto de lei que será discutido a 8 de Outubro pelo parlamento.

No entanto, o governo decidiu não nacionalizar os bancos estrangeiros. As nacionalizações

decididas, cujo custo será da ordem dos 30 bilhões de francos, segundo as primeiras estimativas, são as primeiras efectuadas no país desde 1945. Destinam-se, segundo explicações dos meios governamentais, a dar ao Estado o controlo dos meandros tecnológicos e do capital, a fim de lutar contra o resvalamento para uma crise económica profunda, resultante das leis do mercado.

Paralelamente à economia de mercado, declarou recentemente

o Primeiro-Ministro Pierre Mouroy, é necessário um sector público de referência, «uma espécie de oásis que permita grandes facturas» e constitua «um campo de experiência onde poderemos aplicar aquilo que chamamos autogestão», para uma partilha de responsabilidades.

Assim, as empresas nacionalizadas terão uma administração tripartida: representantes do Estado, dos trabalhadores e dos sectores de actividades interessados.

COOPERAÇÃO

ABIDJAN — O Senegal garantiu à Costa do Marfim que lhe comprará petróleo refinado desde que este país possa exportar uma parte da sua produção, actualmente limitada a cerca de um milhão de toneladas por ano. Esta decisão foi tomada em Yamoussoukro (centro da Costa do Marfim), no decurso da reunião da sexta comissão mista senegal-marfinense.

Viagem "positiva" de Saúde Maria

O camarada Victor Saúde Maria, Vice-Presidente do Conselho da Revolução e ministro dos Negócios Estrangeiros, regressou ontem ao país após um périplo por vários países africanos e europeus, portador de mensagens do camarada João Bernardo Vieira, Presidente do C.R.

O camarada Victor Saúde Maria classificou a sua viagem de «muito positiva», pois permitiu uma análise com os dirigentes destes países sobre a cooperação bilateral.

A primeira etapa da visita do camarada Vice-Presidente foi a Argélia, onde se avistou com o Presidente da República e Secretário-Geral da FLN, Chadli Bendjedid, a quem fez entrega da mensagem do camarada Nino Vieira.

No seu encontro com os dirigentes argelinos, segundo informou o camarada Victor Saúde Maria, foram analisadas a cooperação entre os dois países. Recordamos que existe um acordo de cooperação entre a Guiné-Bissau e a Argélia, que, no entanto, nunca chegou a ser aplicado. Nesta visita as duas partes reconheceram a paralisação quase total da cooperação entre os dois países e acordaram em dinamizá-la, disse o camarada ministro dos Negócios Estrangeiros, que acrescentou: «Chegamos a um acordo to-

tal nos pontos abordados e ficou assente que uma delegação argelina virá a Bissau na segunda quinzena de Outubro próximo para definir concretamente as áreas de cooperação. Se falamos do diálogo Norte-Sul, pensamos também que devemos, antes de mais, começar a nossa cooperação Sul-Sul».

A Líbia foi o segundo país a ser visitado pelo camarada Victor Saúde Maria. Neste país, o camarada Vice-Presidente do C.R. encontrou-se com o ministro dos Negócios Estrangeiros da Líbia, tendo feito igualmente o balanço da cooperação entre os dois países. Existe igualmente, com este país árabe um acordo de cooperação, que também nunca foi posto em prática. Agora ficou acordado que uma delegação governamental líbia virá a Bissau, no próximo mês de Outubro para discutir a cooperação.

O camarada Victor Saúde Maria anunciou que, nesta sua visita a Líbia, o Governo deste país concedeu à Guiné-Bissau uma importância no valor de 3 milhões e 800 mil dólares, para aquisição de arroz.

De Líbia, o camarada Vice-Presidente do C.R. seguiu para França, também portador de uma mensagem do camarada Nino Vieira para o Presidente francês François Mitterrand. O

camarada Victor Saúde Maria afirmou que não foi recebido pelo Presidente da República francesa, em virtude da agenda deste se encontrar sobrecarregado de encontros com Chefes de Estados africanos, que estão de visita a Paris, e que a mensagem foi entregue ao Conselheiro do Presidente. «Estamos interessados em desenvolver a nossa cooperação com o Governo francês», disse o camarada Saúde Maria.

Depois de Paris, o Vice-Presidente do C.R. seguiu para a República Popular de Angola, onde foi recebido pelo Presidente José Eduardo dos Santos, a quem também fez entrega da mensagem do camarada João Bernardo Vieira. O camarada Vice-Presidente do C.R. disse ter reafirmado aos dirigentes angolanos que a Revolução continua viva na Guiné-Bissau e que os velhos militantes do PAIGC é que estão nas fileiras da luta e a nossa política exterior mantém-se inalterável. Estamos com os nossos camaradas de Angola, Moçambique e de S. Tomé e Príncipe. «Os camaradas de Angola compreenderam bem a nossa situação», afirmou o camarada Victor Saúde Maria e acrescentou: «O nosso encontro foi um encontro entre militantes, e a visita permitiu reforçar as

nossas relações».

Sobre a agressão bárbara da África do Sul a Angola, o camarada Vice-Presidente do C.R. disse que a Guiné-Bissau dará todo o apoio na medida das suas possibilidades. Mas cabe a este país definir que tipo de auxílio lhe convém, para fazer face aos laços sul-africanos.

O camarada Victor Saúde Maria disse ainda de que «já é altura de passarmos as acções concretas deixando de parte os discursos e reuniões, é preciso agir rapidamente e não dar tempo ao inimigo. A invasão de Angola tem apoio do Ocidente, se assim não fosse a África do Sul não se atreveria a atacar um país soberano».

O camarada Victor Saúde Maria esteve ainda no Congo, também portador de mensagem do camarada Nino Vieira para o Presidente Denis Sassou N'Guessou. No encontro com os dirigentes congolezes falou-se da cooperação entre os dois Partidos e Governos. O camarada Victor esteve também na sede da Comunidade Económica Europeia — CEE, em Bruxelas, tendo-se avistado com o Comissário para o Desenvolvimento, a quem fez a entrega da mensagem do camarada Nino Vieira, e com quem analisou a cooperação entre o nosso país e esta organização.

Presidente do CR recebe peregrinos

O camarada João Bernardo Vieira (Nino), Presidente do Conselho da Revolução, recebeu anteontem de manhã, na sede do Partido, em Bissau, os 150 peregrinos guineenses que seguem hoje para Meca, chefiados por Malamine Seidy.

Na audiência, estiveram ainda presentes os camaradas, Iafai Camará, membro do CR, Samba Lamine Mané, do C.R. e Ministro dos Recursos Naturais, Braima Bangurá, secretário de Estado dos Combatentes da Liberdade da Pátria e Lamine Haidara, director-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Na sua intervenção, o camarada Nino Vieira disse aos peregrinos para rezarem para que tenhamos cada dia mais força para levar esta terra para a frente e possamos viver em paz, e irmandade numa Guiné-Bissau sem diferenças raciais e de cor. «Muitos procuram confundir os objectivos do 14 de Novembro, pensando que nós queremos marginalizar uns aos outros. Mas nós não somos contra ninguém. Para onde vão aqueles que nasceram e viveram aqui? Esta terra é de todos nós...»

O Presidente do CR precisou que temos muitas dificuldades pois li-

bertámo-nos depois de muitas canseiras em que muitos homens morreram. Mas se pegarmos com coragem e confiança, se trabalharmos, e este ano há muita chuva, o CR terá mais força. «O nosso descanso é o nosso trabalho» — acrescentou João Bernardo Vieira.

Ainda no acto de audiência usou da palavra o camarada Lamine Haidara, em nome da Direcção dos Assuntos Islâmicos do MNE para frisar que, os muçulmanos estão bastante reconhecidos ao Conselho da Revolução por tudo o que tem feito embora saibam as dificuldades e limitações existentes. O mesmo responsável salientou ainda que esta é a primeira vez na história da Guiné que vai para Meca um grupo tão grande de peregrinos, embora estejamos a viver momentos bastante difíceis.

O chefe da delegação muçulmana, e o Aladje Alfa Umarú Djaló fizeram igualmente breves intervenções nas quais sublinham que os dirigentes podem ter a certeza que saberão representar condignamente a República da Guiné-Bissau e a bandeira do P.A. I.G.C., num espírito de solidariedade e entreajuda.

Falta de gaz no mercado

A Empresa Guiné-Gaz contactada pelo nosso jornal, informou não ter quaisquer elementos sobre a data da chegada a Bissau de 600 toneladas de gaz butano (para cozinha) adquirido na Argélia.

Segundo informações concedidas pela direcção desta empresa, a factura «pro-forma» foi enviada desde a algum tempo através da nossa Embaixada em Argel, e já se abriu crédito junto do Banco Nacional da Guiné-Bissau que fará a necessária transferência com o Banco Exterior da Argélia. Agora esperam somente a confirmação do embarque do produto.

Saliente-se que não há gaz de cozinha no país desde meados de Julho passado.

Representante da FAO estuda programa de ajuda às ilhas

Terminou na sexta-feira passada a visita de estudo do perito da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) à Região de Bolama-Bijagós, no quadro do programa de ajuda de emergência à população das ilhas no domínio agrícola, nomeadamente, na produção e conservação de arroz.

Recorde-se que o nosso jornal noticiou numa das últimas edições, que aquele organismo da O.N.U. concedeu uma ajuda de 162 mil e 500 dólares (cerca de 6 milhões e 156 mil pesos) à Guiné-Bissau para o financiamento do programa agrícola na Zona N.º 4, que engloba o arquipélago dos bijagós.

Para o estudo das

condições de aplicação do programa, deslocou-se à Região de Bolama-Bijagós uma delegação que incluiu além do perito da FAO, representantes da PNUD no país, tendo sido acompanhada durante a visita pelo delegado regional do Desenvolvimento Rural, camarada Cipriano Casamá. Por dificuldades de transporte, a comitiva apenas visitou as ilhas de Bubaque, Rubane, Bolama e S. João, onde apreciou o trabalho agrícola em curso, tendo incidido a sua atenção particularmente no respeitante à produção do arroz. Os resultados da visita foram considerados positivos pelo senhor Pognat, técnico da FAO e especialista em questões de arroz. Segundo

ele, as ilhas oferecem condições para a aplicação do programa, apesar da falta de transporte que, se não for assegurado, poderá comprometer seriamente os resultados pretendidos.

Assim, o projecto — cuja parte (106 500 dólares) constitui oferta da população da cidade de Bolonha, Norte de Itália — prevê aquisição de seis canoas a motor e de rádios transmissores, de forma facilitar a ligação entre as ilhas. A soma, segundo o perito da FAO, destina-se ainda à aquisição de sementes, de equipamentos e de adubos e pesticidas, enquanto os restantes 56 mil dólares garantirão a assistência técnica ao perito responsável pela aplicação do

projecto. O Programa Alimentar Mundial, por seu turno, contribuirá com uma ajuda alimentar de forma a assegurar o sucesso da campanha.

APOIO DO GOVERNO É INDISPENSÁVEL

Os sucessos do programa, segundo fez notar o senhor Pognat à nossa reportagem, dependem sobretudo do apoio que o Governo conseguir dispensar para a sua consecução. Dentre as estruturas já existentes e que poderão contribuir grandemente conta-se o do Departamento de Experimentação e Produção de Arroz, — Depa — cuja experiência, acumulada ao

longo de cinco anos de funcionamento, deverá ser aproveitada. O projecto será aplicado no espaço de um ano e compreende três fases: discussão do projecto e aquisição de equipamentos e sementes, em Novembro próximo; preparação da campanha e distribuição de sementes e equipamentos às diversas ilhas entre Abril e Maio, e, finalmente, recuperação de sementes e avaliação do programa, em Outubro de 1982. Todas essas operações serão supervisionadas por peritos das Nações Unidas, em colaboração com quadros nacionais designados pelo Desenvolvimento Rural.

FICHA TÉCNICA — JORNAL «NÓ PINTCHA»; AV. DO BRASIL, C. P. 154 — BISSAU

António Soares (Director em exercício); João Quintino (Chefe de Redacção em exercício)

Redacção: Arlette Adília; António Tavares, Baltazar Bebiano, Barnabé Gomes, Carolina Fonseca, Fernando Jorge, Fernando Perdigo, João Fernandes, José Flecha, Pedro Albino, Pedro Quadé, Raimundo Pereira, Teresa Ribeiro. Maquetagem — Cândido Camará. Fotografia: Agostinho Sá, Casimiro Cá, José Tchuda, Manuel da Costa, Mário Gomes, Pedro Fernandes. Secretaria da Redacção: Eurídice Gama, Idel Miranda, Ivete Monteiro.